

GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ISSN 2177-3688

DESIGUALDADE DIGITAL DE GÊNERO EM ABRAGÊNCIA INTERNACIONAL: BASE DE DADOS SCOPUS

DIGITAL GENDER INEQUALITY IN INTERNATIONAL SCOPE: SCOPUS

Jaqueline Silva de Souza – Universidade de Coimbra (UC)

José Carlos Sales dos Santos – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Maria Cristina Vieira de Freitas - Universidade de Coimbra (UC)

Lucídio Lopes de Alencar - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Esta investigação resgata a problemática da Desigualdade Digital de Gênero, apresentando um resumo articulado dos trabalhos importantes relativos a este domínio, para servir como consulta e debate para aqueles interessados em pesquisar sobre o tema. Seu objetivo consiste em analisar a produção científica em âmbito internacional a respeito da temática. A pesquisa possui nível descritivo de técnica de pesquisa bibliográfica e natureza qualitativa. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scopus com os termos "gender digital women", delimitando a busca pelo campo título. Os resultados indicam que a Desigualdade Digital de Gênero ainda é um assunto emergente. Considera-se assim, a necessidade de uma ampliação da literatura da área e sugere novos estudos que tenham como objetivo diminuir a diferença de poder entre os gêneros para garantir um futuro mais igualitário.

Palavras-chave: desigualdade digital gênero; igualdade gênero; Agenda 2030; Scopus.

Abstract: This research rescues the problematic of Digital Gender Inequality, presenting an articulated summary of important works related to this domain, to serve as consultation and debate for those interested in researching on the subject. Its objective is to analyze the international scientific production on the subject. The research has a descriptive level of bibliographic research technique and a qualitative nature. To this end, a bibliographical survey was carried out in the Scopus database with the terms "gender digital women", delimiting the search by the title field. The results indicate that the Digital Gender Inequality is still an emerging issue. Thus, it is considered the need for an expansion of the literature in the area and suggests new studies that aim to decrease the power gap between genders to ensure a more egalitarian future.

Keywords: digital gender inequality; gender equality; Agenda 2030; Scopus.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade digital de gênero (DDG) tem como referência a disparidade existente no acesso, uso e domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC) entre homens e

mulheres. Dessa forma, é de grande importância enfatizar que a igualdade de gênero não se restringe apenas as mulheres, envolve também desafios que podem afetar homens, pessoas não-binárias e transgêneros. Todos devem ter o direito de viver livremente, sem discriminação em relação ao seu gênero. Porém, está investigação não aborda essa temática. O seu foco está relacionado ao item 5- Igualdade de Gênero, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase em alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

As TIC oferecem muitos benefícios para a sociedade em geral, porém a distribuição desigual das inovações tecnológicas fortalece a desigualdade de gênero existentes. Assim, o acesso limitado à internet pelas mulheres devido a várias razões, como falta de infraestrutura adequada, custo elevado dos serviços de internet, falta de habilidades digitais e barreiras socioculturais, colaboram com as dimensões da DDG que podem contribuir para a disparidade de acesso e uso das tecnologias.

Dessa forma, surgiu a seguinte questão: como está sendo estudada em âmbito internacional a desigualdade digital de gênero? Assim, esta investigação resgata a problemática da (DDG), apresentando um resumo articulado dos trabalhos importantes relativos a este domínio, para servir como consulta e debate para aqueles interessados em pesquisar sobre o tema. Indicando também assuntos relacionados aos ODS, que fornecem um roteiro para um trabalho coletivo entre governantes, organizações e indivíduos, para a promoção de mudanças sociais, culturais e políticas que visam também a eliminação de estereótipos de gênero e práticas discriminatórias.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar a produção científica em âmbito internacional a respeito da DDG. Assim, a pesquisa possui nível descritivo de técnica de pesquisa bibliográfica e natureza qualitativa. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scopus delimitando a busca pelo campo título. Os resultados indicam que a DDG ainda é um assunto emergente. As considerações apontam a necessidade de novas investigações para a ampliação da literatura da área.

Esta pesquisa trouxe resultados preliminares de uma pesquisa de caráter mais amplo, explorando a literatura internacional, mais especificamente, aquelas disponíveis na base de dados Scopus, para servir como consulta e debate para aqueles interessados no tema. Vale ressaltar que esta faz parte de um dos objetivos específicos de tese de doutoramento em desenvolvimento.

2 AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em setembro de 2015 os chefes de Estado e de Governo e altos representantes, se reuniram na sede das Nações Unidas em Nova York para a criação do novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, agenda 2030.

Dessa forma, surgiu os 17 ODS que buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados, indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, o social e o ambiental. Segue figura 1 indicando os 17 ODS da agenda 2030 da ONU:

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹



































Fonte: ONU (2023).

O objetivo 5, da agenda supramencionada, é de igualde de gênero. Este é de extrema importância para a construção de uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de seu gênero. Um processo contínuo que exige a colaboração de todos os setores da sociedade para alcançar uma mudança real e duradoura, para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero nas suas intersecções como raça, etnia, idade deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade. Em especial para as

¹ Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel Acesso em: 23 jun. 2023.

meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, de acordo com os ODS. Necessários para atingir os objetivos expostos no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Objetivo 5: Alcançar a Igualdade de Gênero e Empoderar todas as Mulheres e Meninas²

<u>uaui u</u>	1 - Objetivo 3. Alcançar a igualdade de Genero e Empoderar todas as ividineres e ivienina				
N	META				
5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda				
	parte;				
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas				
	e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;				
5.3	3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças				
	mutilações genitais femininas;				
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da				
	disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a				
	promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos				
	nacionais;				
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades par a				
	liberdade em todos os níveis de tomada de decisão na vida política econômica e publica;				
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como				
	acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre				
	População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos				
	resultantes de suas conferências de revisão;				
5.a	Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como				
	o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços				
	financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;				
5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e				
	comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;				
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de				
	gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.				

Fonte: ONU (2023).

Dados os expostos, a busca pela igualdade de gênero envolve a promoção de mudanças sociais, culturais e políticas que visam eliminar estereótipos de gênero e práticas discriminatórias. Isso inclui o reconhecimento e o respeito pelos direitos e escolhas individuais, independentemente do gênero.

2.1 Igualdade de gênero

Em 1975, a antropóloga americana Gayle Rubin publica o artigo "The Traffic in Women, Notes on the 'Political Economy' of Sex", e neste apresentou o conceito de gênero. E assim, iniciou mais profundamente a discussão da lacuna entre os gêneros, tornando-se um clássico na área sobre a desigualdade dos sexos instituída pela sociedade através das suas relações.

Para a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual (CPDS), gênero é uma expressão usada com a intenção de diferenciar a dimensão biológica da dimensão social. A indicação biológica de ser homem ou mulher é equivalente como divide a biologia, entre

² Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5 Acesso em: 23 jun. 2023.

machos e fêmeas. E na dimensão social leva em conta fatores culturais, o que traz a afirmação de que "homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos" (CPDS, 2014).

Para Beleza e Anjinhoo (2015), igualdade de gênero é considerada como um comando de não discriminação e de oferta de caminhos para uma igualdade de oportunidades entre dois grupos de seres que, hierarquizados entre si por leis e costumes aparentemente ubíquos e imemoriais, e só estariam separados (diferenciados) pela natureza.

Dessa forma, é de grande importância enfatizar que a igualdade de gênero não se restringe apenas as mulheres, envolve também desafios que podem afetar homens, pessoas não-binárias e transgêneros. Todos devem ter o direito de viver livremente, sem discriminação em relação ao seu gênero.

A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), instituída em 18 de dezembro de 1979, no quadro da ONU com o objetivo de promover os direitos das mulheres, é o principal instrumento internacional na luta pela igualdade de gênero e para a liberação da discriminação. Entrou em vigor na ordem jurídica internacional em setembro de 1981. E em 1999, foi adotado o Protocolo Opcional da CEDAW para as mulheres que tivessem seus direitos violados e que as possibilidades de recurso tivessem esgotadas nas instâncias nacionais, pudessem recorrer ao Comitê.

A CEDAW (1979, não paginado) indica no seu artigo 1º, que:

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo que tenha po objecto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente do seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer campo.

O Brasil ratificou a Convenção da Mulher em 20 de março de 1984 através do Decreto nº 89.460, devido a incompatibilidade entre a legislação brasileira, então pautada pela assimetria entre os direitos do homem e da mulher. Em 13 setembro 2002, este foi revogado com o novo de n.º 4.377 para atender ao protocolo adicional à Convenção.

Portugal assinou-a no dia 24 de abril de 1980 e ratificou-a através da Lei n.º 23/80, tendo assim entrado em vigor na ordem jurídica portuguesa no dia 3 de setembro de 1981.

Todas as legislações citadas foram baseadas na Carta das Nações Unidas que reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e na Declaração Universal dos Direitos Humanos

que reafirma o princípio da não-discriminação e proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que toda pessoa pode invocar todos os direitos e liberdades proclamados em Declaração, sem distinção alguma, inclusive de sexo.

2.2 Desigualdade digital de gênero (ddg)

A Desigualdade digital refere-se sobre as diferenças entre os grupos sociais no acesso e uso das TIC. Esse distanciamento é percebido também quando se trata de gênero. Segundo Rotondi (2020), no seu estudo "Desigualdade Digital de Gênero na América Latina e Caribe", entre os 17 dos 23 países da região analisados, menos mulheres declararam possuir celulares em comparação com homens. E mulheres de baixa escolaridade que vivem em áreas rurais são as menos que utilizam a internet indicando assim a problemática da DDG.

Segundo Domínguez e Navarro (2019, p. 226), a brecha digital "é um fenômeno multifatorial que está ancorado nas desigualdades históricas, sociais, econômicas, educacionais, entre outras, onde o aspecto tecnológico se expressa como mais uma exclusão". Assim, é necessário investigações sobre DDG para analisar os desafios ainda necessários e os avanços já encontrados neste âmbito.

3 METODOLOGIA

Para responder à pergunta norteadora da pesquisa: como está sendo estudada em âmbito internacional a desigualdade digital de gênero? Desenvolveu-se um estudo de nível descritivo que segundo Gil (2008), descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Estabeleceu a técnica de pesquisa bibliográfica segundo Boccato (2006, p. 266), busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. De pesquisa qualitativa, que de acordo com Creswell (2007, p. 187), é fundamentalmente interpretativa, ou seja, o pesquisador faz uma interpretação dos dados partindo de uma visão holística dos fenômenos sociais. Uma análise minuciosa, preocupando-se com dados obtidos em toda sua complexidade, respeitando ao máximo a forma como foram registrados ou transcritos.

Dessa forma, a investigação foi realizada em etapas:

Etapa I – Coleta

- a) Em primeiro momento, realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scopus utilizando-se os termos "gender digital women", com a inserção do operador booleano AND entre os termos. Optou-se pela busca por título, recuperando-se 41 documentos.
- b) Para a seleção dos artigos definiu-se o critério disponibilidade em acesso aberto. Assim, dos 41 textos recuperados apenas 9 (nove) documentos foram indicados para a revisão final. Não houve delimitação cronológica, buscando-se todos artigos. A coleta dos dados ocorreu no mês de maio de 2023.
- Etapa II– Análise e a interpretação dos dados
- a) Elaboração do instrumento, o formulário em planilha do Excel.
- b) No que se refere a análise dos resultados, optou-se por fazer um resumo articulado dos trabalhos mais importantes relativos a este domínio. A criação de categorias foi através da leitura completa dos artigos, com ênfase nos seguintes elementos: título, resumo, objetivos, metodologia e resultados.

4 RESULTADOS

Os resultados foram organizados em categorias elaboradas a partir do tipo de documentos selecionados, que foram:

- 3 artigos, nos quais foram publicados nos anos de 2019, 2020 e 2022.
- 3 capítulos de livro, nos quais foram publicados nos anos de 2015, 2019 e 2020.
- 1 Observação publicada em 2020.
- 1 Análise publicada em 2020.
- 1 conferência publicada em 2011.

Segue figura 2, indicando o quantitativo dos documentos encontrados:

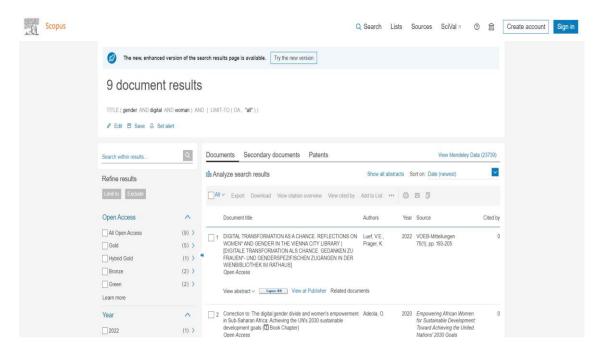


Figura 2 - Homepage Scopus- Resultados³

Fonte: Scopus (2023).

Observa-se a escassez de publicações em 2012 a 2014, assim como a ascensão na quantidade de produções no ano de 2020 e a ausência de publicações no ano de 2021. Os documentos encontrados contemplaram o período entre os anos de 2011 a 2022. Segue quadro 2 com os documentos identificados na pesquisa:

Quadro 2 - Documentos

N	Autor	Titulo/ Link	Ano/ Documento	País/Territ ório
1	Luef, Von Evelyne Prager, Katharina	DIGITAL TRANSFORMATION AS A CHANCE. REFLECTIONS ON WOMEN* AND GENDER IN THE VIENNA CITY LIBRARY https://journals.univie.ac.at/index.php/voebm/article/view/6887	2022 Artigo	Áustria
2	Adeola, O.	The digital gender divide and women's empowerment in Sub- Saharan Africa: Achieving the UN's 2030 sustainable development goals https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-59102- 1 1	2020 Capitulo de Livro	Nigeria

³ Disponível em: <a href="https://www-scopus.ez10.periodicos.capes.gov.br/results/results.uri?sort=plf-f&src=s&st1=gender+end+digital+end+women&sid=ac707bd355feaa6f8955cc82b6b32df3&sot=b&sdt=cl&sl=35&s=TITLE%28gender+digital+women%29&origin=resultslist&editSaveSearch=&yearFrom=Before+1960&yearTo=Present&sessionSearchId=ac707bd355feaa6f8955cc82b6b32df3&limit=10&cluster=scofreetoread%2C%22all%22%2Ct Acesso em: 24 jun. 2023.

3	Cerit, J. Dinadarian, A., Cilo-Van Norel, N.	Women, AI, and the Power of Supporting Communities: A Digital Gender-Support Partnership https://www-sciencedirect.ez10.periodicos.capes.gov.br/science/article/pii/5266638992030009X?via%3Dihub	2020 Observação	Alemanha
4	Cabrera, T.M., Bustamant e, G.A.	Woman-subject and the gender-based digital gap. Discouses and partices from the governmentality in Latin America https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/190658	2020 Análise	Chile
5	Muttaqin, A	Women's identity in the digital islam age: Social media, new religious authority, and gender bias https://journal.iainkudus.ac.id/index.php/QIJIS/article/view/7095	2020 Artigo	Indonésia
6	Churchill, Brendan Craig, Lyn	Gender in the gig economy: Men and women using digital platforms to secure work in Australia https://journals-sagepub-com.ez10.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1440783319894060	2019 Artigo	Austrália
7	Larsson, A., Viitaoja, Y.	Identifying the digital gender divide: How digitalization may affect the future working conditions for women https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780429317866-14/identifying-digital-gender-divide-anthony-larsson-yamit-viitaoja	2019 Capitulo de Livro	Suécia
8	Kwami, J.D.	Gender, entrepreneurship, and informal markets in Africa: Understanding how ghanaian women traders self-organize with digital tools https://www.igi-global.com/gateway/chapter/128525	2015 Capitulo de Livro	Estados Unidos
9	Lima, T.C., Dos Reis, J.C.	Gender in the digital age: Women's participation in designing social software https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-22098-290	2011 Trabalho de Conferência	Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

4.1 Resumos dos documentos

4.1.1 A transformação digital como uma chance. reflexões sobre mulheres e gênero na biblioteca da cidade de Viena

Este artigo teve como objetivo usar o exemplo da Wienbibliothek im Rathaus (Biblioteca Municipal de Viena na Prefeitura) e suas extensões digitais para refleti criticamente sobre as vantagens e desvantagens do processamento digital e da visualização de materiais de mulheres e o acesso especifico ao gênero. Justificando a pandemia de Covid-19 que intensificou substancialmente a luta, de longa data, dos arquivos e bibliotecas com o desafio

da digitalização. Assim, no outono de 2021 a biblioteca digitalizou vários documentos e autógrafos de autoria de mulheres para torna-las mais visíveis. Dessa forma, para a Biblioteca Municipal de Viena a digitalização abre grandes oportunidades de inovações e também a quebra de processos (hetero) sexista.

4.1.2 A divisão digital de gênero e o empoderamento das mulheres na África Subsaariana: alcançar as metas de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030

O capítulo do livro aponta causas profundas da divisão digital de gênero e suas implicações para a igualdade de gênero conforme indicam os ODS da agenda 2030 das Nações Unidas. Justifica-se pela insuficiência da participação das mulheres no desenvolvimento da revolução digital, causando assim a divisão de gênero nesta área. A pesquisa apresenta o cenário da África Subsaariana e dos seus formuladores políticos que desenvolvem estratégias para reduzir a diferença de gênero, adotando assim políticas e estruturas sustentáveis e sensíveis ao gênero. Conclui-se que a não participação de mulheres na tomada de decisões importantes desacelerar o crescimento econômico e prejudicar a implementação dos ODS.

4.1.3 Mulheres, IA e o poder de apoiar comunidades: uma parceria digital de apoio ao gênero

Esta observação aborda a questão da sub-representação da mulher nas áreas das ciências de dados e inteligência artificial e em todos os empregos relacionados à ciência da computação. Indica o projeto *Women AI Academy* que desenvolve capacitações e inspiração para que mulheres adquiram emprego na área da ciência de dados e inteligência artificial. Considerando atender à crescente demanda de força de trabalho na área da ciência da computação.

4.1.4 Mulher-sujeito e a brecha digital de gênero. Discursos e práticas da governamentalidade na América Latina

A presente análise sobre o conceito sobre brecha digital e desigualdade de gênero na América Latina. Indicando a ruptura e experiência da mulher em relação ao espaço, corpo e violência. Evidenciando a condição sexuada nas telas especificamente na internet. Apresenta também relações de poder-saber e técnicas e práticas de controle do tempo e produção de subjetividade. Indicando práticas emancipatórias após a gestão alternativa do

conhecimento, o que é revelado por meio de uma etnografia virtual que explorou a experiência da mulher.

4.1.5 Identidade feminina na era do islamismo digital: mídias sociais, nova autoridade religiosa e preconceito de gênero

Este artigo discute o fenômeno das palestras religiosas nas redes sociais com viés de gênero e enfoca palestras religiosas preconceituosas proferidas nas mídias sociais por algumas figuras famosas que perpetuam a discriminação contra as mulheres na Indonésia. A questão norteadora da pesquisa foi: como e por que as palestras religiosas com temática preconceituosa de gênero aparecem massivamente nas redes sociais? Assim, o resultado revela que as massivas palestras religiosas com viés de gênero nas mídias sociais não estão lidando apenas com a compreensão de textos religiosos, mas também com a mercantilização religiosa.

4.1.6 Gênero na economia gig: homens e mulheres usando plataformas digitais para garantir trabalho na Austrália

O presente artigo tem como objetivo caracterizar experiências e motivações de homens e mulheres australianos que conseguem trabalho por meio de plataformas digitais. Indicando pesquisas quantitativas que apontam a economia gig e a economia em geral, altamente segregada por gênero. Os resultados indicaram que homens dominam as plataformas especializadas no que podem ser consideradas tarefas tradicionalmente masculinas, como transporte. E as mulheres dominam as plataformas especializadas em tarefas femininas mais tradicionais, como cuidar. As considerações sugerem que homens e mulheres são atraídos para a economia gig por motivos relacionados à renda, apesar de uma proporção significativa possuir empregos fora desta área.

4.1.7 Identificando a divisão digital de gênero: como a digitalização pode afetar as futuras condições de trabalho das mulheres

Este capitulo de livro discute a relativa falta de mulheres nas disciplinas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática nos países ocidentais. Enfatiza a divisão digital de gênero e o impacto da digitalização na perspectiva futura da mulher no mercado de trabalho. Os resultados indicam que embora a situação esteja melhorando lentamente, são necessários

mais esforços para salvaguardar o sucesso futuro da posição das mulheres na era digital. Conclui-se que a digitalização pode proporcionar condições de trabalho mais flexíveis que beneficiam as mulheres, mas que a transformação digital apresenta risco em arranjos de trabalho mais atípicos.

4.1.8 Gênero, empreendedorismo e mercados informais na África: Entendendo como as mulheres comerciantes ganesas se auto-organizam com ferramentas digitais

O capitulo de livro tem como objetivo analisar o gênero e a utilização das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no mercado de Gana, um dos países mais ricos da África tropical. Pois, o empreendedorismo das mulheres que atuam no mercado é influenciado pelo capital social derivado de redes sociais baseadas em fortes laços comunitários. Os resultados apontaram que as TIC, a exemplo do telemóvel, embora sejam influenciadas pelo gênero, são fundamentais para organizar e gerir microempresas. Conclui-se que os estudos sobre empreendedorismo contribuem para as intersecções pouco estudadas do empreendedorismo feminino no mercado ganês e das TIC nas economias emergentes.

4.1.9 Gênero na era digital: a participação das mulheres na concepção de software social

Este trabalho de conferência apresenta as questões de gênero e sua conexão com o ambiente de tecnologia da informação. A fim de saber, quais são as diferenças de gênero que devem ser consideradas na concepção de um software social, no processo de criação de uma rede social na web, discutido a partir de uma perspectiva feminina. Seus resultados apresentam depoimentos de diversos atores sociais e moradores de um bairro periférico de classe média baixa da cidade de Campinas- São Paulo- Brasil, na Vila União, envolvidos no projeto e-cidadania. Conclui-se que a participação das mulheres nas atividades da rede social pode ser condição essencial para sua manutenção. Fazendo referências aos caminhos escolhidos pelas mulheres durante o processo de concepção, em busca do conhecimento tecnológico necessário para esta atividade.

Dados os expostos a lacuna da desigualdade digital de gênero prejudica a economia, a equidade no mercado de trabalho, a liberdade religiosa e melhores oportunidades para as mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações parciais endossam que os estudos em âmbito internacional sobre o tema DDG são emergentes, e necessitam de ampliação na literatura. Pois, como afirma a ONU através dos seus estudos esta temática impacta em áreas como: empregabilidade de mulheres, saúde reprodutiva e autonomia corporal. E sem acesso a informação elas não são capazes de tomar suas próprias decisões.

A igualdade de gênero é um objetivo fundamental para construir uma sociedade justa e equitativa, onde todas as pessoas possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de seu gênero. É um processo contínuo que requer o envolvimento de todos os setores da sociedade para promover mudanças reais e duradouras.

Dessa forma, a ONU sugere novos estudos que tenham como objetivo diminuir a diferença de poder entre os gêneros para garantir um futuro mais igualitário.

Vale ressaltar, que essa pesquisa trouxe resultados preliminares de uma pesquisa de caráter mais amplo, explorando a literatura internacional, mais especificamente, aquelas disponíveis na base de dados Scopus, utilizando-se uma delimitação a partir do campo título, no qual possibilitou a recuperação de documentos que abordassem a DDG, para servir como consulta e debate para aqueles interessados no tema.

REFERÊNCIAS

ADEOLA, O. Introduction: Empowering African women—Towards achieving the UN's 2030 sustainable development goals. *In:* ADEOLA, O. (Ed.), **Empowering African women for sustainable development**. Palgrave Macmillan. 2020. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-59102-1 1 Acesso em: 06 jun. 2023.

BELEZA, T. P.; ANJINHOO, T. M. Igualdade de género na Europa. **JURIS** - Revista Da Faculdade De Direito, v. 19, p. 49–76, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.14295/juris.v19i0.5333. Acesso em: 23 jun. 2023.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em:

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896. Acesso em: 20 jun. 2023.

CABRERA T.M.B. **Sujeto-mujer y brecha digital de género.** Discursos y prácticas desde la gubernamentalidad en América Latina. 2020. Disponível em: https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/190658 Acesso em: 03 jun. 2023.

CERIT J., DINDARIAN, A., CILO-VAN, N. Women, AI, and the Power of Supporting Communities: A Digital Gender-Support Partnership, **Patterns**, [s./.], v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.patter.2020.100009. Acesso em: 24 jun. 2023.

CHURCHILL, B., CRAIG, L. Gender in the gig economy: Men and women using digital platforms to secure work in Australia. **Journal of Sociology**, [s.l.], v. 55, n. 4, p. 741–761, 2019. Disponível em: https://doi-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1440783319894060. Acesso em: 04 jun. 2023.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC/SP, 2014. p. 44.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed. 2007.

DOMÍNGUEZ, M. M.; NAVARRO, D. Usos del teléfono inteligente en el sector rural de México. *In*: RIVOIR, A. L.; MORALES, M. J. **Tecnologías digitales**: miradas críticas de la apropiación en América Latina. Buenos Aires-Montevideo: CLACSO-RIAT, 2019.

DORSA, A. C. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações,** Campo Grande, v. 21, n. 4, t, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/inter/a/ctsj4sLz6CkZYQfZWBS4Lbr/?lang=pt. Acesso em: 07 jun. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KWAMI, J.D. Gender, entrepreneurship, and informal markets in Africa: Understanding how ghanaian women traders self-organize with digital tools. **Economics**: Concepts, Methodologies, Tools, and Applications, [s.l.], p. 776-804, 2015. Disponível em: https://www.igi-global.com/gateway/chapter/128525. Acesso em: 11 jun. 2023.

LARSSON, A., VIITAOJA, Y. Identifying the digital gender divide: How digitalization may affect the future working conditions for women. **The Digital Transformation of Labor**: Automation, the Gig Economy and Welfare, [s.l.], p. 235-253, 2019. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9780429317866-14/identifying-digital-gender-divide-anthony-larsson-yamit-viitaoja. ISBN: 978-100073078-4 doi: 10.4324/9780429317866-14. Acesso em: 12 jun. 2023.

LIMA, T.C., REIS, J.C. Gender in the Digital Age: Women's Participation in Designing Social Software. *In*: Stephanidis, C. (eds) HCI International 2011 – Posters' Extended Abstracts. **Communications in Computer and Information Science**, Berlin, v. 173. 2011. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-642-22098-2_90 https://doi.org/10.1007/978-3-642-22098-2_90. Acesso em: 02 jun. 2023.

LUEF, E. UND PRAGER, K. Digitale Transformation als Chance. Gedanken zu frauen*- und genderspezifischen Zugängen in der Wienbibliothek im Rathaus", **Mitteilungen der**

Vereinigung Österreichischer Bibliothekarinnen und Bibliothekare, [s.l.], v. 75, n. 1, p. 193–205, 2022. Disponível em: doi: 10.31263/voebm.v75i1.6887. Acesso em: 17 jun. 2023.

MUTTAQIN, A. Women's identity in the digital islam age: Social media, new religious authority, and gender bias. **Qudus International Journal of Islamic Studies**, [s.l.], v.8, n. 2, p. 353-388, 2020. https://journal.iainkudus.ac.id/index.php/QIJIS/article/view/7095. Disponível em: 10.21043/qijis.v8i2.7095. Acesso em: 13 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROTONDI, V.; BILARI, F.; PESANDO, L.; KASHYAP, R. **Desigualdade digital de gênero na América Latina e Caribe**. Oxford: University of Oxford. 2020.

RUBIN, G. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. *In*: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, 1975.